

PALAVRA, AUTORIDADE, PODER E AMOR DE DEUS: OS ACORDOS NA ARGUMENTAÇÃO DE ELLEN WHITE

WORD, AUTHORITY, POWER, AND LOVE OF GOD: AGREEMENTS IN THE ARGUMENTATION OF ELLEN WHITE

Prof. Me. Gilmar Souza Costa¹
Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral²

RESUMO

Este artigo analisa os acordos argumentativos presentes no legado literário da escritora norte-americana Ellen G. White, com foco nos temas da Palavra, autoridade, poder e amor de Deus manifestados ao longo da história. Partindo da premissa teológica de que seus escritos são uma "luz menor" que conduz à "luz maior" – a Bíblia Sagrada –, a pesquisa investiga, sob a ótica da Nova Retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, como a autora estabelece pontos de partida comuns com seus leitores. A análise de excertos selecionados de suas publicações demonstra que a eficácia da retórica whiteana reside na habilidade da autora de pressupor e reforçar um acordo prévio com seus leitores, fundamentado na autoridade inquestionável das Escrituras Sagradas. Conclui-se que os mecanismos de acordo são centrais para a persuasão em sua obra, permitindo-lhe reafirmar a autoridade bíblica, o poder divino e o amor de Deus de forma eficaz para sua comunidade de fé ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Ellen G. White; Autoridade Bíblica; Nova Retórica; Teologia; Acordo Argumentativo.

ABSTRACT

This article analyzes the argumentative agreements present in the literary legacy of the North American writer Ellen G. White, focusing on the themes of the Word, authority, power, and love of God as manifested throughout history. Based on the theological premise that her writings are a "lesser light" leading to the "greater light"—the Holy Bible—this research investigates, from the perspective of the New Rhetoric of Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca, how the author establishes common starting points with her readers. The

¹ Acadêmico de Doutorado pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Contato: souzacosta@yahoo.com.br

² Prof. de Doutorado pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Contato: gsobral@uneb.br

analysis of selected excerpts from her publications demonstrates that the effectiveness of Whitean rhetoric lies in the author's ability to presuppose and reinforce a prior agreement with her readers, grounded in the unquestionable authority of the Holy Scriptures. It is concluded that agreement mechanisms are central to persuasion in her work, enabling her to effectively reaffirm biblical authority, divine power, and the love of God for her community of faith over time.

KEYWORDS: Ellen G. White; Biblical Authority; New Rhetoric; Theology; Argumentative Agreement.

1. INTRODUÇÃO

Deliberar e argumentar são características exclusivas do ser racional, e a argumentação é base do discurso. Fiorin (2015, p. 09) advoga o princípio de que “os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre vozes sociais, o que significa que são precipuamente o lugar da contradição, ou seja, da argumentação, pois a base de toda a dialética é a exposição de uma tese e sua refutação”. Todo processo argumentativo é marcado pela intenção de influenciar o auditório, e seu objetivo inicial é o de convencer alguém a aderir ao que está sendo proposto. Meyer (2008, p. 1) afirma que “essa mudança de opinião constitui único sinal patente da eficácia de uma argumentação”. Esse ato é, também, um diálogo, por isso, ao apresentar sua tese, o orador precisa estar ciente de que haverá um auditório, regido por princípios que o farão validar ou negar o discurso. A argumentação também é justificação e explicação, posto que não se encontra exatidão nela, o que exige que se utilizem técnicas de expressão para convencer. Ela age sobre a opinião dos indivíduos e sempre terá o cuidado de verificar as possíveis divergências entre pontos de vista. Seu foco não é mostrar ser a tese verdadeira ou falsa, mas influenciar o outro.

Não se verifica, na argumentação, a rigidez da lógica formal e, nela, o argumento da racionalidade para obtenção de um consenso sobre algo é permitido, admitindo-se o verossímil, o plausível e o provável. A atitude de liberdade argumentativa e de escolhas e, ao mesmo tempo, de renúncia da violência permite ao orador perelmaniano reconhecer no outro o interlocutor digno que poderá ser racionalmente convencido (ou não) das teses que lhe são

apresentadas. A ação argumentativa é resultado de um conhecimento prévio entre os interlocutores, o que permite a afirmação de que ela não é fechada em si mesma. Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 16) afirmam, a esse respeito: “...toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”. Nesse processo de contato intelectual, “é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental” (Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 18)).

O conhecimento do auditório por parte do orador gera o contato intelectual e ele, por sua vez, possibilita que o orador escolha o melhor argumento para provocar ou ampliar o processo de adesão dos espíritos, o que significa, portanto, que todo o discurso deve ser planejado em função do auditório, visto que ele é quem valida como convincente ou não aquilo que vem do orador. O auditório, sob a ótica da Nova Retórica, é o conjunto daqueles a quem o orador entrega seu discurso e a quem ele deseja influenciar com sua argumentação. É, em princípio, uma construção sociológica ou psicológica, posto que, em determinados momentos da construção do argumento, não há a presença física daqueles a quem ele se dirigirá. Assim, pensar numa argumentação efetiva requer a concepção do auditório o mais próximo possível da realidade, o que torna imperativo o conhecimento desse conjunto de pessoas, sob o risco de insucessos na tentativa de conquistar os espíritos. Deve-se considerar, por exemplo, o lugar de fala do auditório, suas funções sociais, porque seu posicionamento, em grande medida, está ligado ao papel que lhe foi confiado.

Perelman e Tyteca enfatizam essa questão por entenderem a diversidade que pode existir num mesmo auditório. Segundo eles: “É muito comum acontecer que o orador tenha de persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório” (Perelman e Tyteca ([1958] 2014, p. 24)).

Vale salientar, porém, que o contato intelectual não garante ao orador uma adesão imediata e inquestionável e que a argumentação ocorre em função do auditório, ao qual o orador deverá adequar-se, posto que há interesse na promoção de redirecionamento nos

ouvintes, não apenas de suas convicções, mas também de suas atitudes. Em vista disso, acredita-se que conhecer o auditório é uma condição prévia e obrigatória de todo o processo argumentativo e que essa postura o torna eficaz na concepção da realidade daquele a quem o orador se dirige. Considera-se, nesse contexto, a certeza de que as percepções e ensejos do auditório sofrem mutações constantes, em virtude das relações incessantes que ele constrói com outros modos de ver a realidade, por vias familiares, educacionais, políticas, religiosas, tecnológicas e culturais, por exemplo. Há, também, a compreensão de que, ao lançar seu discurso, ele o faz diante de auditórios infinitos, o que o coloca diante de um desafio constante de convencer e persuadir aqueles a quem ele se reporta. Perelman e Tyteca ([1958] 2014, p. 33) dizem: “É, portanto, a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter e o alcance que lhes serão atribuídos”. Longe de significar que o orador deva abrir mão dos seus princípios a fim de agradar àqueles a quem se dirige, essa adesão é uma estratégia, cujo objetivo se firma na tentativa de convencer e persuadir o seu auditório.

Perelman & Olbrechts-Tyteca advogam que o ato de persuadir está voltado ao auditório particular, enquanto o de convencer, ao auditório universal, conforme sustentam: “Propomo-nos chamar persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para o auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, [1958] 2014, p. 30). O primeiro tipo de argumento admite o irracional e se dirige à vontade, propondo ações, e o segundo foca na adesão racional. Ao passo que, no primeiro caso, exige-se um público específico, no segundo o discurso é dirigido a qualquer pessoa, a qualquer ser racional. Convencimento e persuasão estão, portanto, interligados, e ambos atuam durante o processo de argumentação. Existem três diferentes tipos de auditórios. Um, chamado de auditório universal, abrange todos os seres humanos. O segundo é mais específico, limitando-se ao interlocutor no diálogo. O terceiro tipo refere-se ao próprio orador, refletindo sobre suas motivações. O auditório universal é um conceito teórico que representa um consenso geral. Pode ser visto tanto como uma ideia abstrata quanto

como um grupo concreto de pessoas. A sua essência reside no fato de que é composto por todos aqueles capazes de seguir uma argumentação, ou seja, seres racionais. O orador deve considerar este auditório como o mais crítico, buscando convencê-lo por meio da racionalidade.

O segundo auditório é representado por um único ouvinte. Nesse cenário, a argumentação torna-se um diálogo, em que as intervenções do interlocutor são consideradas e cuja interação dialógica é vital, pois fortalece a argumentação ao permitir questionamentos e objeções, aumentando a confiabilidade das conclusões. Aqui, a participação ativa do ouvinte é crucial, e é necessário que os argumentos sejam entendidos como fundamentados na verdade, e não apenas em habilidades retóricas.

A Nova Retórica não se restringe apenas à oratória, mas também ao peso dos argumentos. O objetivo é dirigir-se a diferentes tipos de auditório, seja ele universal, particular ou individual. A argumentação ocorre entre pessoas, e é preciso cautela ao abordar temas polêmicos. Argumentar eficazmente requer empatia e compreensão do outro. Quando usada corretamente, evita conflitos e promove uma comunidade de entendimento; por isso, o orador deve estar bem preparado e conhecer o seu auditório para argumentar de forma eficaz.

2. OS ACORDOS ARGUMENTATIVOS

A argumentação acontece no estabelecimento de acordos entre as partes envolvidas, ou sobre aquilo que é aceito como o ponto de partida dentro de um grupo. É impossível que orador e auditório se dirijam um ao outro sem que haja um acordo prévio entre ambos. Sobre isso, Reboul afirma que:

De fato, não há diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, entendimento referente tanto aos fatos quanto aos valores. Pode-se até dizer, sem paradoxo, que o desacordo só é possível no âmbito de um acordo comum. Nas questões em que não haja nenhum acordo inicial, pode haver violência ou ignorância recíproca, não controvérsia (REBOUL, 2000, p. 142).

O primeiro passo para que aconteça a argumentação é a instalação do acordo, conforme dito, e ela se revela no interesse de comunidade de espíritos no debate de determinada questão. Esse ponto de partida pode se manifestar num fato, numa suposição, num valor, numa norma ou numa hierarquia de valores, por exemplo. O estabelecimento de uma diferença entre dois termos exige a presença de uma identidade, consoante sustenta Fiorin:

Os parceiros de uma discussão devem sempre partir de um ponto comum entre eles e defender ideias opostas a partir deles. Caso contrário, a interação não leva a nada, pois o que um diz nada tem a ver com o que o outro afirma. Pode-se divergir sobre o melhor programa de governo numa disputa política se os debatedores julgarem que a ação política é significativa. Não terá nenhum sentido a defesa do programa político de um candidato por um debatedor se o outro achar que a participação política não tem sentido (FIROIN, 2015, p. 91)

Sob essa ótica, surge o acordo, definido como aquilo que é admitido desde o início da argumentação. Seus objetos variam entre os relativos ao real (fatos, verdades e presunções) ou ao preferível (valores, hierarquias e lugares do preferível). Há que se observar as diferenças que os dois trazem consigo: Enquanto os primeiros querem ser válidos para o auditório universal, os segundos têm sua validade admitida apenas em auditórios particulares. Esses objetos firmam-se ora no conteúdo das premissas explícitas, ora nas ligações particulares, ora na forma de servir-se dessas ligações (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA [1958] 2014. p.75). Desse modo, a adaptação do orador ao auditório é, como já dito, uma necessidade, a fim de que haja a efetividade do discurso proferido. Assim, ele precisa estar harmonizado com os pontos de partida e as teses defendidas pelo auditório, uma vez que a argumentação objetiva a transferência dos fundamentos e argumentos do orador ao auditório, a fim de que, ao final, a conclusão seja a mesma para todos.

No caso dos escritos de Ellen White, observa-se esse acordo na base que ela e seu auditório têm: os escritos bíblicos. Em que pesem certas divergências, ela e o grupo religioso ao qual pertenciam depositam na Bíblia sua fé e convergem na ideia de que Deus é o criador e mantenedor de todas as coisas, animadas e inanimadas. A defesa de White é a de que todas as formas de vida, em todo o universo, saíram das mãos de Deus e que Ele pode trazer à existência aquilo que lhe apraz. Ela afirma que:

A obra da criação jamais poderá ser explicada pela ciência. Que ciência pode explicar o mistério da vida? A teoria de que Deus não criou a matéria ao trazer à existência o mundo, não tem fundamento. Na formação de nosso mundo, Deus não dependia de matéria preexistente. Ao contrário, todas as coisas, materiais e espirituais, surgiram perante o Senhor Jeová ao Seu comando, e foram criadas para o Seu próprio desígnio. Os céus e todas as suas hostes, a Terra e tudo quanto nela há, são não somente obra de Suas mãos; vieram à existência pelo sopro de Sua boca (WHITE, 2006, p. 259).

Outro ponto dos acordos em White é a autoridade da Bíblia, como sendo a Palavra de Deus e, como tal, deve ser obedecida e reverenciada. Assim, toda a produção literária whiteana segue a lógica cristã de que qualquer que seja a situação, acharão nas Sagradas Escrituras a resposta necessária. É a partir dessa premissa que a escritora e ativista fundamenta suas ideias, lançando sobre seus pares advertências, conselhos e orientações sobre temas variados como saúde, finanças, fé, doutrinas, paternidade, maternidade e relacionamento conjugal e para desmistificar sua crença nesse processo, ela afirma:

Em Sua Palavra, Deus conferiu aos homens o conhecimento necessário à salvação. As Santas Escrituras devem ser aceitas como autorizada e infalível revelação de Sua vontade. Elas são a norma do caráter, o revelador das doutrinas, a pedra de toque da experiência religiosa (WHITE, [1858] 2022, p. 10).

Nesse quesito, fica claro o acordo entre a oradora e seu auditório e é através dele que ela usa sua retórica e se dirige seu discurso aos que, como ela, se submetem a autoridade bíblica. Feito esse acordo, sob o qual os ouvintes/leitores balizam seu pensamento, suas palavras e práticas. Uma vez que o acordo é condição preliminar para que uma argumentação possa produzir qualquer efeito, a escolha das premissas exerce papel de grande importância na construção do raciocínio persuasivo. No raciocínio lógico, elas são aceitas hipoteticamente e conduzem a uma conclusão necessária. As premissas são, na argumentação retórica, controversas e podem ser atacadas de modo que a conclusão nem chegue a apresentar-se. Faz-se necessária a observação de três condições básicas a fim de que exista uma adesão quanto às premissas: O auditório precisa concordar que elas sejam verdadeiras ou justas; Há que concordar que devam ser estas as premissas e não outras; o auditório deve manifestar confiança na neutralidade – respeitabilidade – daquele que as apresenta. O fracasso em

qualquer dessas condições tornará frágil a argumentação.

O acordo está baseado na crença dos sujeitos e é a partir dela que ele se constrói. Ela compreende aquilo que é próprio do mundo, o sentimento mais básico de qualquer sujeito, as representações do mundo e revela ainda disposições para um agir discursivo ou físico. Na crença, tem-se a revelação do que há de comum entre todos os homens, por isso o acordo está vinculado diretamente a ela e é na linguagem que suas bases se formam. Por isso, os princípios que desencadeiam os acordos serão buscados, pelo orador, a partir da linguagem, naquilo que é considerado necessário, útil e/ou desejado pelo auditório. Sob essa instância, para Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 73), “do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes”, o que leva o orador a se adequar àquilo que o auditório deseja receber como argumentação, daí a necessidade de aquele primeiro conhecer quem são os sujeitos que compõem o seu auditório, assim como seus acordos pré-estabelecidos.

No Tratado da Argumentação, o acordo é dividido em duas categorias, a do real e a do preferível. Seus objetivos estão divididos em duas vertentes. A primeira relaciona-se ao real, que engloba os fatos, verdades e presunção e a segunda colaciona-se ao preferível, incluindo os valores, hierarquias e os lugares do preferível. Uma vez que é uma troca interlocutória no nível da sociabilidade, a argumentação deve pressupor por acordos baseados na estrutura do real. Para Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014) aquilo que é considerado real é validado para o auditório universal e o que está posto no campo do preferível, onde se encontram as verdades preexistentes, se aproxima do auditório particular, considerando seu enunciado direcionado a um grupo seletivo. Os autores distinguem os objetos do acordo do real entre fatos, verdades e presunções. No primeiro caso, admite-se um conceito que pode ser contextualizado como aquilo que é aceito, de comum acordo por todos.

Certamente que não há como definir de maneira concreta um fato, como defendem Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 75). Em suas considerações em relação ao fato, eles afirmam também que “a adesão ao fato não será, para o indivíduo, senão uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos”. O fato é caracterizado também pela aceitação da

maioria e traduz aquilo que é concepção comum, partilhável a todos os seus membros. Eles, por sua vez, terminam por se submeter às evidências apresentadas e que foram aceitas pela maior parte dos membros do auditório.

Vale lembrar, todavia, que apenas se não enfrentar controvérsias que os invalidem, entre os membros do auditório universal, é que os fatos serão considerados como aceitos. Nesse contexto é que surge o impasse apresentado por Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 76). “quando são levantadas dúvidas no seio do auditório ao qual ele fora apresentado e quando se amplia esse auditório, acrescentando-lhe outros membros cuja qualidade para julgar é reconhecida e que não admitem que se trata de um fato”. Em outras palavras, o fato pode ser aceito pelos membros de um auditório particular, entretanto, uma vez que ele seja ampliado, possivelmente as opiniões divergentes poderão se aparecer e gerarão controvérsias, mesmo porque uma dúvida que se levante é o suficiente para que um fato perca sua posição. Sobre verdade, Perelman & Olbrechts-Tyteca afirmam que ela é

tudo o que acabamos de dizer dos fatos. Fala-se de fatos para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem à experiência (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA [1958] 2014, p. 77).

Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 78) apresentam uma verdade como um elo entre fatos. Como dito, eles a classificam como um sistema complexo no qual os fatos se inscrevem para acontecerem e serem críveis. Apesar de eles próprios sinalizarem a possibilidade de discordância sobre essa visão no campo filosófico, o que vai valer é a ideia de que os fatos e as verdades estão ligados pela lógica. À semelhança dos fatos e das verdades, a presunção é uma espécie de acordo, com sistema de alcance que pode se apresentar mais restritivo, como os fatos ou mais geral, as verdades, por exemplo. As presunções, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 80) “estão vinculadas, em cada caso particular, ao normal e ao verossímil”.

Observa-se que as presunções têm uma vantagem sobre os fatos e as verdades. Esses últimos deparam-se com dificuldades para reaver o posto de saberes dominantes, cada vez que

se vêm contestados. Sobre as presunções, pode-se afirmar que elas estão vinculadas não ao que é verdade, mas ao que é verossímil, àquilo que parece ser verdadeiro, passível de crença. Indubitavelmente, elas precisam seguir certos parâmetros para adquirirem potencial argumentativo e serem passíveis de defesa. Para além disso, é mister que estejam ligadas a um grupo de referência para que possam se sustentar. Apesar de estarem presas a uma espécie de sistemas de crença, assim como os fatos e as verdades, as presunções não têm a obrigação lógica de comprovar sua veracidade. A presunção é um raciocínio que, tomando o normal e o verossímil, estabelece uma relação entre duas coisas diferentes. Ela toma em conta os dados de fato, como o resultado de uma estatística de ocorrências no mundo fenomênico. Ao contrário, ela estabelece uma relação entre o discurso emitido pelo orador com seu auditório.

Os escritos de White seguem essa linha, na medida em que pauta o seu conteúdo no pensamento de que as pessoas, ao longo de sua existência, precisam evoluir e, para isso, hão de recorrer a instrumentos humano e ao poder sobrenatural (aqui representado pela onisciência, onipresença e onipotência de Deus). Muito embora suas falas sejam diretamente aos que comungam de sua crença, ela não as restringe a esse grupo, uma vez que, em grande parte de sua produção, ela se refira aos homens (no sentido de humanidade) e o faz valendo-se do lugar a que foi posta quando levantada como uma das lideranças do movimento adventista. Suas mensagens sempre frisam o preparo que cada um deve ter nessa vida, para a entrada na eternidade, como se lê: “Este mundo é uma escola de preparo para a escola do além, esta vida é um preparo para a vida por vir. Devemos preparar-nos aqui para a entrada nas cortes” (WHITE, [1904] 2006, p 200). Assim sendo, pode-se compreender a lógica do discurso da seguinte forma: o ser humano precisa de mudança na sua vida, a fim de alcançar algo melhor (fato) e Ellen White apresenta elementos possíveis para essa mudança, na qualidade de porta-voz de uma mensagem de reforma (verdade) por acreditar essa é a condição para se chegar e viver na eternidade. (presunção).

No segundo caso dos tipos de objetos de acordo, encontram-se os valores, a hierarquia e o lugar do preferível. Os valores podem ser admitidos tanto no auditório universal quanto no auditório particular e podem ser concretos ou abstratos. Eles se referem à diferença de

qualidade do real e se firmam como base de argumentação ao longo do desenvolvimento do raciocínio nos campos jurídico, político, filosófico. Reboul (2000, p. 165) diz que eles estão tanto na base quanto no fim da argumentação e que muito mais que os fatos, eles variam segundo o auditório. Também, à semelhança dos fatos, os valores são presumidos. Sobre o ser particular ou universal, Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 86) defendem que os valores, uma vez que se revelam vagos, apresentam-se nos universais e se assemelham aos fatos. O fato de ser universal o torna formal, considerando, sobretudo, o conteúdo. Por exemplo, todos admitem o justo e o belo, mas sob prismas diferentes. Por outro lado, sendo precisos, se lançam para certos grupos particulares. Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 86) afirmam que “Seu papel é, pois, justificar escolhas sobre as quais não há acordo unânime, inserindo essas escolhas numa espécie de contexto vazio, mas sobre o qual reina um acordo mais amplo”.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014), os valores se manifestam, com algumas exceções, em todas as argumentações. Naquelas do campo científico, eles ficam restritos à formação dos conceitos e das regras que constituem o sistema em questão. Os autores distinguem dois tipos de valores quais sejam o concreto e os abstratos e afirmam que qualquer que sejam os valores que dominem uma realidade, a vida do espírito não pode deixar de apoiar-se tanto naqueles como nestes. Essa distinção, segundo eles ([1958] 2014, p. 87), deve ser “entre valores abstratos, tais como a justiça ou a veracidade, e valores concretos, tais como a França ou a Igreja”. As circunstâncias determinam onde se baseará a argumentação, seja nos valores abstratos, seja nos valores concretos, daí a dificuldade em perceber o papel representado por uns e outros e essa variação é exemplificada por Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 88) na pessoa de Deus e no seu atributo de perfeição.

Assim posto, pode-se afirmar que ao passo que uma mesma realidade ou determinado grupo pode ser visto como únicos, como valor concreto, também poderá ser vista em sua multiplicidade e serão observados pelo viés de argumentações. O valor concreto, nesse caso, será estranho. O que é valor concreto nem o é, afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014, p. 89), ao sustentar o pensamento de que “para que um valor seja concreto, cumpre

examiná-lo sob seu aspecto da realidade única; declara que tal valor é, de uma vez por todas, um valor concreto que constitui uma tomada de decisão arbitrária”. A argumentação não é só fundamentada em valores. Do ponto de vista de uma estrutura argumentativa, pode-se dizer que a hierarquia de valores é mais importante do que eles próprios. É preciso, também, obedecer às hierarquias, que são, por exemplo, as superioridades dos homens sobre os animais, e a dos Deuses sobre os homens.

Essas são as consideradas hierarquias concretas. Entretanto, também convém falar das hierarquias abstratas, que tratam, por exemplo, da superioridade do justo sobre o útil. Sobre ambas afirma-se: “As hierarquias admitidas se apresentam praticamente sob dois aspectos característicos: ao lado das hierarquias concretas, como a que expressa a superioridade dos homens sobre os animais, há hierarquias abstratas, como a que expressa a superioridade do justo sobre o útil” ([1958] 2014. p.90). Convém salientar que essa hierarquização de valores abstratos não está posta ordenadamente, não lhes dá o status de independente, ao contrário, eles estão interligados e o vínculo presente trabalha como fundamento de sua subordinação.

3. OS LUGARES NA ARGUMENTAÇÃO DE WHITE

Outro fator importante para a discussão na Nova Retórica é o que se debruça sobre os lugares, concebido no Tratado da Argumentação como situação na qual se organizam e se agrupam os argumentos. Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014. p.94), falando dos lugares e da visão dos antigos sobre eles, assim pontuam: “Os lugares designam rubricas nas quais se podem classificar os argumentos”. Na Nova Retórica, o lugar é visto como depósito de argumentos, em caso de precisão. Já em Aristóteles, os lugares comuns serviam indiferentemente em qualquer ciência e não dependiam de nenhuma e eram usados por ele em qualquer domínio argumentativo, ao passo que ao lugar específico eram reservados campos determinados.

Os lugares são metodologicamente agrupados em três, como segue: O primeiro deles, os lugares da quantidade, são aqueles utilizados quando se afirma a superioridade de um

elemento sobre o outro, com base em números. Nesse caso, a noção de democracia leva em consideração o argumento da maioria. Sobre esses lugares, pode-se dizer, ainda, que são “os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. Essa questão de superioridade aplica-se, portanto, tanto aos valores positivos quanto aos negativos. O mais das vezes, aliás, o lugar da quantidade constitui uma premissa maior subentendida, mas sem a qual a conclusão não ficaria fundamentada” [1958] 2014. p.97). Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014. p.99) completam dizendo: que “Podemos considerar como lugares da quantidade a preferência concedida ao provável sobre o improvável, ao fácil sobre o difícil, ao que há menos risco de nos escapar. A maior parte dos lugares que tendem a mostrar a eficácia de um meio será lugar da quantidade”.

No que tange ao lugar da quantidade, a própria Ellen White é referência. Considerada pelo *Smithsonian Institution*³ como uma das personalidades mais influentes de todos os tempos, ao lado de Martin Luther king Jr., Abraham Lincoln, Oprah Winfrey, Elvis Presley, Michael Jackson, Charlie Chaplin e Bill Gates. Ela se tornou uma voz amplificada na defesa de pensamentos que passeiam entre a religião, a saúde, a família e a educação. Nos setenta anos em que esteve empenhada em sua obra, White escreveu 49 livros, 5.000 artigos e escreveu muitas cartas de exortação, cujo alcance se revela nas mais de 160 línguas para as quais sua produção foi traduzida.

Em que pese o histórico de sua saúde debilitada e o fato de ela não ter estudado (saiu da escola aos nove anos de idade em função de problemas graves de saúde), seus textos abordaram os mais variados assuntos, que vão desde relação familiar, administração de finanças, educação de filhos às questões ligadas à psicologia e educação formal. Do ponto de vista cognitivo, nenhum desses assuntos foram apresentados a ela nos bancos escolares, o que chama a atenção para sua habilidade e destreza ao falar sobre esses campos do saber. Ela escreveu, com propriedade e embasamento, algo que lhe parecia aparentemente improvável,

³ O Smithsonian Institution é uma instituição educacional e de pesquisa associada a um complexo de [museus](#), fundada e administrada pelo governo dos [Estados Unidos](#). Com grande parte de seus prédios localizados em Washington, D.C. o instituto compreende 19 museus e sete centros de pesquisa, e tem 142 milhões de itens em suas coleções.

dadas as circunstâncias a que fora submetida.

Sua vasta produção abarca mais de cem mil páginas, com destaque para os livros *O Grande Conflito* (1859) e *O Desejado de todas as nações* (1898). A primeira obra é uma narrativa que começa com o choro de Cristo por Jerusalém, quando ele contemplava a cidade e previa sua destruição. A partir daí a autora segue com os momentos históricos marcantes para a igreja e que estão diretamente ligados à profecia bíblica sobre o fim dos tempos e o retorno de Jesus à Terra, relatados, sobretudo, nos livros de Daniel e Apocalipse. Na obra, a escritora apresenta temas caros para o cristianismo, como lealdade à verdade bíblica, os preceitos de Deus para o homem, a morte e a vida eterna e a nova morada dos remidos. Como a igreja Adventista pauta de sua fé no retorno de Cristo e na eternidade, esse livro tornar-se, para ela, um marco da produção literária de White. A segunda obra ocupa lugar de destaque porque descreve a vida do Messias, desde as profecias do Antigo Testamento até sua ascensão ao céu, depois de sua ressurreição. Cristo é personagem central para a igreja e o livro *O Desejado de Todas as Nações* é considerado uma produção singular sobre a vida e obra de Jesus.

As compilações feitas dos seus escritos resultaram na publicação de mais de 150 livros em língua inglesa e cerca de 90 em português, o que a torna a escritora mais traduzida da literatura mundial. Embora seus escritos caminhem numa direção religiosa e com vistas à eternidade, White abordou temas de outras ordens, sempre pontuando a necessidade de uma vida coerente, justa, íntegra e humana.

No segundo caso, têm-se os lugares da qualidade, aqueles que aparecem quando, por exemplo, o motivo oferecido para preferir algo advindo de sua raridade, de seu caráter insubstituível e que privilegia o que é excepcional. Em que pese a descrença de um braço da ciência sobre a criação do mundo, White segue argumentando do lugar da qualidade, sustentando:

Nos anais da história humana o crescimento das nações, o levantamento e queda de impérios, aparecem como dependendo da vontade e façanhas do homem. O desenvolver dos acontecimentos em grande parte parece determinar-se por seu poder, ambição ou capricho. Na Palavra de Deus, porém, afasta-se a cortina, e contemplamos ao fundo, em cima, e em toda a

marcha e contramarcha dos interesses, poderio e paixões humanas, a força de um Ser todo misericordioso, a executar, silenciosamente, pacientemente, os conselhos de Sua própria vontade.” (WHITE, 2008, p. 174).

Nesse contexto, White (2008, P. 125) enfatiza a superioridade da Bíblia sobre qualquer outra obra, mesmo as das ciências. Sua produção reconhece as Escrituras Sagradas como sendo a única regra de prática e fé para os cristãos e, para ela, nenhuma literatura deve substituir o estudo do livro sagrado, posto que, conforme cria:

Como meio para o preparo intelectual, a Bíblia é mais eficiente do que qualquer outro livro, ou todos os outros livros reunidos. A grandeza de seus temas, a nobre simplicidade de suas declarações, a beleza de suas imagens, despertam e elevam os pensamentos como nada mais o faz. Nenhum outro estudo poderá transmitir tal poder mental como o faz o esforço para se compreenderem as verdades estupendas da revelação. A mente, elevada assim em contato com os pensamentos do Infinito, não poderá deixar de expandir-se e fortalecer-se (WHITE, 2008, p. 125).

Esse princípio de fé é que conduz toda a produção whiteana, cuja defesa da escrita bíblica se vê em todas as páginas que ela escreveu ao longo dos seus mais de setenta anos de ofício. Para ela, a Bíblia, como Revelação de Deus aos homens, possui todas as respostas para quaisquer ciências e quaisquer necessidades humanas. A leitura cuidadosa da Bíblia, afirma White (2007, p. 131), afastaria as pessoas de práticas nocivas e as habilita para uma vida honrosa. Seguem-se a esses dois, os outros lugares. Os lugares de ordem “afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo” ([1958] 2014. p.105). A morte de Cristo, bem como sua ressurreição, ocupa lugar especial nos escritos de Ellen White, sobretudo porque esse cenário é o palco da guerra entre ele e seu inimigo. Na morte de Cristo e por intermédio dela, a humanidade se reconcilia com Deus, consoante sustenta a narrativa:

Bem podiam, pois, os anjos se regozijar ao contemplarem a cruz do Salvador; pois embora não compreendessem ainda tudo, sabiam que a destruição do pecado e de Satanás fora para sempre assegurada, que a redenção do homem era certa e que o Universo estava para sempre a salvo. O próprio Cristo compreendeu plenamente os resultados do sacrifício feito no Calvário. A tudo isto olhava Ele quando exclamou na cruz: “Está consumado”. João 19:30 (WHITE [1898] 2007, p. 673;674).

Assim, a causa (morte de Cristo) traz perdão, restauração e vida aos que nEle creem (consequência). White entende e defende que sem a morte do Salvador do mundo não haveria qualquer possibilidade de redenção dos seres humanos, por isso entende-se, nesse contexto, que a causa é o fator mais importante e determinante desse lugar.

Registra-se também a existência dos lugares do existente, que beneficiam os raciocínios baseados sobre elementos já existentes na realidade fática em detrimento do que é eventual ou mesmo impossível. No que concerne ao lugar do existente, observa-se a intenção do lugar de superioridade ao que existe. Nesse lugar, muito embora tenha sempre sua direção de escrita focada na eternidade, White não deixa de exortar seus pares sobre a necessidade de manter a fé de que Deus conduz, também o presente. Por isso, ela também adverte sobre a importância de viver cada dia, sem a inquietação do amanhã. A cerca disso, ela é categórica:

Ao recapitular a nossa história passada, havendo revisado cada passo de progresso até ao nosso nível atual, posso dizer: Louvado seja Deus! Ao ver o que Deus tem realizado, encho-me de admiração e de confiança na liderança de Cristo. Nada temos que recear quanto ao futuro, a menos que esqueçamos a maneira em que o Senhor nos tem guiado, e os ensinamentos que nos ministrou no passado (WHITE, [1915] 1949, p. 316).

A argumentação vem de quem estava em seus dias finais e de quem viveu a maior parte de sua vida enferma e que sofreu grandes perdas na família. O lugar da existência, portanto, faz parte da trajetória de White e lhe dá autoridade para animar os demais a confiar sua vida nas mãos de Deus. Os lugares da essência apontam a superioridade de indivíduos que melhor representam a essência de determinado gênero. Uma vez que toda sua publicação intenta a defesa da verdade, da justiça e da retidão nas quais ela cria, a honra e a essência cristã são sinalizadas na sua vasta produção. Em um dos textos, a autora advoga:

A verdadeira educação não desconhece o valor dos conhecimentos científicos ou aquisições literárias; mas acima da instrução aprecia a capacidade, acima da capacidade a bondade, e acima das aquisições intelectuais o caráter. O mundo não necessita tanto de homens de grande intelecto, como de nobre caráter. Precisa de homens cuja habilidade seja dirigida por princípios firmes (WHITE, 2008, p. 225).

Advertindo seu grupo religioso, seus amigos, seus filhos ou pessoas ligadas a ela por algum laço, White foi firme, clara e direta. Esse posicionamento a tornou uma figura feminina de destaque, num século em que às mulheres não era dado o direito de falar em agrupamentos públicos de pessoas. Em outro trecho da mesma obra (Educação) ela, firmemente, assevera:

A maior necessidade do mundo é a de homens — homens que se não comprem nem se vendam; homens que no íntimo da alma sejam verdadeiros e honestos; homens que não temam chamar o pecado pelo seu nome exato; homens, cuja consciência seja tão fiel ao dever como a bússola o é ao pólo; homens que permaneçam firmes pelo que é reto, ainda que caiam os céus (WHITE, 2008, p. 58).

Por fim os lugares da pessoa são os que concedem prioridade ao que for relativo à dignidade e à autonomia da pessoa. O homem é o objeto maior do amor de Deus. Quando de sua transgressão no Éden, seguindo o que fora dito, Adão e Eva perderam a condição de seres perfeitos e se viram condenados à morte, mas Cristo imediatamente se propôs pagar o preço da desobediência. White assim descreve a cena em que Jesus se apresenta como resgate do homem após à queda dos primeiros habitantes da Terra:

Fez então saber à hoste angélica que um meio de livramento fora estabelecido para o homem perdido. Dissera-lhes que estivera a pleitear com Seu Pai, e oferecera-Se para dar Sua vida como resgate, e tomar sobre Si a sentença de morte, a fim de que por meio dEle o homem pudesse encontrar perdão; que pelos méritos de Seu sangue, e obediência à lei divina, ele poderia ter o favor de Deus, e ser trazido para o belo jardim e comer do fruto da árvore da vida. A princípio os anjos não puderam regozijar-se, pois seu Comandante nada escondeu deles, mas desvendou-lhes o plano da salvação. Jesus lhes disse que ficaria entre a ira de Seu Pai e o homem culpado (...) Seu amor por Adão e sua posteridade levaria o Filho de Deus a condescender em tomar a natureza humana, e assim elevar, mediante Sua própria humilhação, todos aqueles que nEle cressem. Tal sacrifício era de suficiente valor para salvar o mundo inteiro. (WHITE, [1947] 2008, p 43;49).

Os lugares da pessoa nos escritos de Ellen White dão ênfase à importância que a humanidade tem para o céu e como Deus está interessado na salvação de cada um. O amor de Deus pela criatura, revelado na cruz, devolve a dignidade das filhas e dos filhos que pecaram e o fez assumindo a culpa que lhes cabia, como narra a escritora:

Aquele que acalmou as encapeladas ondas pela Sua Palavra e andou sobre

as espumejantes vagas, que fez demônios tremerem e a doença fugir a Seu toque, que chamou os mortos à vida e abriu os olhos dos cegos, ofereceu-Se a Si mesmo sobre a cruz como o último sacrifício pelo homem. Ele, o portador de pecados, suportou uma punição judicial pela iniquidade e tornou-Se Ele mesmo pecado, pelo homem (WHITE [1947] 2008, p. 177).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da obra de Ellen G. White, sob a ótica da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, permitiu desvelar a complexa arquitetura de seus acordos argumentativos. A investigação demonstrou que a eficácia persuasiva de seus escritos não reside apenas na eloquência de sua prosa, mas, fundamentalmente, na sua habilidade de ativar e reforçar um acordo prévio com seu leitorado: a aceitação da autoridade inquestionável das Escrituras Sagradas. Este ponto de partida comum, que transcende o tempo e a presença física, funciona como a premissa maior sobre a qual toda a sua argumentação sobre a Palavra, a autoridade, o poder e o amor de Deus é construída.

Constatou-se que a retórica whiteana opera a partir da premissa teológica de que seus escritos são uma "luz menor" que ilumina e conduz à "luz maior", a Bíblia. Ao selecionar e dar presença a passagens e temas bíblicos, White não apenas corrobora suas teses, mas também reafirma a base do acordo com seus leitores, fortalecendo a adesão de sua comunidade de fé. A escolha dos dados e a forma de apresentá-los não são arbitrárias; pelo contrário, são um movimento estratégico que pressupõe e valida a cosmovisão de seu público, tornando a argumentação profundamente eficaz.

Este estudo conclui que os mecanismos de acordo são a espinha dorsal da persuasão no legado literário de Ellen G. White. Ao alinhar sua voz à autoridade bíblica, ela estabelece um poderoso contato intelectual que permite a seus argumentos sobre temas como saúde, educação e vida cristã serem recebidos não como uma nova revelação, mas como um desdobramento fiel da verdade já aceita. A sua obra, portanto, exemplifica de forma notável como a argumentação, mesmo em um contexto teológico, depende da construção de um terreno comum e da seleção criteriosa de premissas que ressoam com os valores e crenças do

leitor.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a análise comparativa dos mecanismos de acordo em diferentes fases do ministério de Ellen G. White, investigando possíveis variações retóricas em resposta a diferentes contextos históricos e desafios enfrentados pela Igreja Adventista. Adicionalmente, um estudo sobre a recepção desses acordos argumentativos pelo leitorado contemporâneo poderia oferecer valiosos insights sobre a vitalidade e a relevância perene de sua obra.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, António Suárez. **Breves considerações sobre a arte de argumentar**. In: FIGUEIREDO, M. F.; MENDONÇA, M. C.; ABRIATA, V. L. R. (Orgs.). *Sentidos em movimento: identidade e argumentação*. Franca: UNIFRAN, 2008. p. 63-90. (Coleção Mestrado, 3).

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Referência Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corr. Compilado e redigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida; 1992

CUNHA, Tito Cardoso. **A nova Retórica de Perelman**. Covilhã: Universidade da Beira Interior; 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto; 2015.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Introdução a Chaim Perelman, O Império Retórico. Retórica e Argumentação**. Lisboa: Edições Asa; 1993.

MEYER, Bernard; Tradução Ivone C. Benedetti. **A Arte de Argumentar**. São Paulo: Martins Fontes; 2008.

PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. 3ª edição. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 2014.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

WHITE, Ellen G. **Educação**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; 2008.

WHITE, Ellen G. **Fundamentos do Lar Cristão**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; 2007.

WHITE, Ellen G. **História da Redenção**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; [1947] 2008.

WHITE, Ellen G. **O Desejado de Todas as Nações**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; [1898] 2007.

WHITE, Ellen G. **O Grande Conflito**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; [1858] 2022.

WHITE, Ellen G. **Patriarcas e Profetas**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; 2007.

WHITE, Ellen G. **Testemunho para Igreja V. 8**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; [1904] 2006.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos Seletos V. 3**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira; [1915] 1949.